

BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E AS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Relma Urel Carbone Carneiro
Doutorado em Educação Especial pela UFSCAR (2006). Integra o grupo de pesquisadores do Observatório Nacional da Educação Especial.

Daiane Natalia Schiavon
Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista - UNESP – FCLAr, Araraquara. Trabalha principalmente com pesquisas científicas na área de Educação Especial, Inclusão e surdez.

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (Colaboração)
Livre-docente em Educação Inclusiva. Professora adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

Introdução



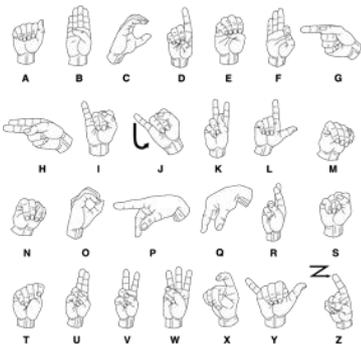
A história da educação das pessoas com deficiência auditiva/surdez não é diferente da história da educação de qualquer pessoa com algum tipo de deficiência. Seu início e continuidade, por séculos, remeteram a uma concepção social muito diferente da que vivemos hoje. Desde a Antiguidade, pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social por serem consideradas incapazes de assumir papéis sociais de acordo com as expectativas de cada grupo, como você já estudou na Disciplina¹.

deficiência auditiva/surdez: Usamos neste texto a expressão “deficiência auditiva/surdez” de modo geral para nos referirmos as pessoas com limitações parciais ou totais da audição, mas a discussão sobre o conceito e as diferenças nesses dois termos será abordada posteriormente.

A relação da sociedade e a deficiência na história é marcada por um modelo de dominação em que a categorização das pessoas ocorre por critérios arbitrários de acordo com questões culturais, sociais, econômicas, étnicas, físicas, religiosas, entre outras (BRASIL, 2000).

Histórico

A partir do século XVI começaram a surgir ideias sobre a natureza orgânica das deficiências, consideradas fruto de causas naturais e não de questões sobrenaturais e diabólicas. A medicina começou a tratar essas pessoas e a fazer estudos e pesquisas sobre as causas, probabilidades e outros aspectos. É nesse contexto que surgem as primeiras ações educacionais com pessoas surdas.



De acordo com Goldfeld (2002), o primeiro registro que temos sobre isso data do século XVI, quando Pedro Ponce de Leon (1520-1584), um monge beneditino, educou quatro pessoas com surdez, filhos de nobres, na Espanha. Ele desenvolveu uma metodologia baseada na datilologia (representação manual das letras do alfabeto), escrita e oralização e criou uma escola de professores de surdos.

Os educadores sempre criaram diferentes metodologias para escolarizar os estudantes com surdez (oral, língua de sinais, códigos visuais), na tentativa de encontrar um meio de comunicação e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento.

Dois educadores em especial se destacaram na criação de metodologias diferenciadas para a escolarização dessas pessoas. Nessa época, não havia escola no formato que conhecemos hoje e esses exemplos são iniciativas isoladas que constituem o início dessa história.

Em 1750, na França, Abade Charles Michel de L'Épée, interessou-se pelas pessoas com surdez e sua forma peculiar de comunicação. Aprendeu com eles, nas ruas de Paris, a Língua de Sinais que eles utilizavam criando os "Sinais Metódicos" – Língua de sinais mais Gramática Sinalizada. Ele obteve

muito sucesso e transformou sua casa em uma escola pública, que se expandiu rapidamente. L'Épée era um defensor da escola para todos e, para ele e seu seguidor Sicard, toda pessoa com surdez deveria ter educação pública e gratuita.

Na mesma época, na Alemanha, Samuel Heinick, fundou a primeira escola totalmente oralista, por defender essa filosofia que era oposta ao ensino da Língua de Sinais. Podemos dizer que esses dois educadores introduzem a permanente discussão sobre a escolarização das pessoas com surdez. As duas abordagens, oralista e gestualista, foram submetidas à apreciação da comunidade científica da época, que entenderam que a melhor estratégia a seguir era a utilização da metodologia gestualista de L'Épée. Com isso, a abordagem oralista de Heinick perde força e fica sem investimento para ampliação de sua escola. Os registros apresentam, ainda segundo Goldfeld (2002), um grande avanço nesta época, com melhorias qualitativas e quantitativas na educação dos estudantes com surdez com a utilização da Língua de Sinais como principal meio de desenvolvimento da comunicação e consequentemente da aprendizagem global.

No século XIX, um professor americano que buscava mais conhecimento para a educação de estudantes com surdez viajou até a Europa e teve contato com os trabalhos realizados pelos seguidores de L'Épée, sobre a abordagem gestual. Com a ajuda de um estudante de L'Épée, fundou a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos, utilizando-se de uma combinação de várias formas de comunicação, que mais tarde seria usado na filosofia da Comunicação Total.

A partir de 1821, todas as escolas públicas americanas passaram a utilizar a Língua Americana de Sinais (ASL), que sofreu grande influência do francês. Em 1864, foi fundada a primeira universidade nacional para surdos, a Universidade Gallaudet, que recebe esse nome em homenagem a seu idealizador.

Em 1860, o método oral voltou a tomar força em razão de avanços tecnológicos que facilitavam a aprendizagem da fala. Os primeiros aparelhos de audição desenvolvidos para amplificar o resíduo auditivo de algumas pessoas começaram a ser divulgados e renasceu o trabalho de desenvolvimento do surdo a partir de sua oralização. Diversos profissionais

começaram a trabalhar com o oralismo e a difundir a ideia, já que alguns defendiam que a Língua de Sinais era prejudicial à aprendizagem da fala.



No ano de 1880, novamente as metodologias educacionais para estudantes com surdez foram submetidas à avaliação da comunidade científica, e foi realizado em Milão um Congresso Internacional de Educadores de Surdos, quando foi votado qual método deveria ser usado na educação dos mesmos.



O oralismo venceu com a ajuda dos argumentos de Alexander Graham Bell, influente pesquisador e inventor. Os muitos surdos que eram professores não puderam votar, sendo desconsiderados seus posicionamentos sobre a melhor metodologia a ser seguida.

A partir de então, o uso da Língua de Sinais foi oficialmente proibido, difundindo-se a ideia de que a Língua de Sinais não era uma língua e sim uma comunicação gestual grosseira, sem possibilidades de proporcionar condições de desenvolvimento cognitivo.

Nessa época, passou-se a acreditar que as pessoas com surdez poderiam se desenvolver como os ouvintes, aprendendo a língua oral, a partir do uso de amplificação sonora e do treino das habilidades auditivas. O aprendizado da língua oral passou a ser o grande objetivo dos educadores de estudantes com surdez e os conteúdos escolares relegados a um plano secundário. Com isso, houve uma queda no nível de escolarização dessas pessoas uma vez que, a aprendizagem da língua oral era demorada e muitas

vezes impossível em virtude da limitação auditiva, e a condição posta que os distanciava da possibilidade de aprendizagem acadêmica por outra via.

C



A abordagem educacional oralista dominou até a década de 1960, ano em que William Stokoe publica um artigo demonstrando que a ASL é uma língua com todas as características das línguas orais, com gramática própria, morfologia, sintaxe etc[1]. A partir daí, surgiram várias pesquisas sobre a Língua de Sinais e a educação destinada para os estudantes com surdez, que aliadas a uma grande insatisfação com o método oral, por não desenvolver o potencial cognitivo, deram origem à reutilização da Língua de Sinais e de outros códigos manuais na educação da criança com surdez.

Segundo Goldfeld (2002), Dorothy Schifflet, professora e mãe de “surdo”, começou a utilizar um método que combinava a Língua de Sinais com a língua oral, LOF (leitura orofacial), treino auditivo e alfabeto manual, denominado Abordagem Total. Essa abordagem passou a ser utilizada em vários lugares, aqui no Brasil denominada de Comunicação Total.



Em 1970, em alguns países como a Suécia e Inglaterra, percebeu-se que a Língua de Sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral, pois elas possuem características diferentes. Surge daí a filosofia bilíngue, que desde a década de 1990 tem sido cada vez mais difundida.

No Brasil, a história da educação das pessoas com surdez que se tem registro, começa em 1855, quando D. Pedro II traz Hernest Huet, um professor francês, para educar duas crianças com surdez subsidiadas pelo governo. Em 1857, é fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), que inicialmente, utilizava a Língua de Sinais como meio de comunicação para o desenvolvimento educacional (GOLDFELD, 2002).

A partir de 1911, o INES, seguindo a tendência mundial, proíbe o uso da Língua de Sinais e começa a trabalhar com o oralismo. No entanto, a Língua de Sinais nunca deixou de ser usada pelas pessoas com surdez e longe dos olhares proibidores, mantiveram-na viva. A Comunicação Total chega ao Brasil em 1970 e também ganhou espaço (GOLDFELD, 2002).

Na década seguinte, começa no Brasil o bilinguismo, com base nas pesquisas desenvolvidas pela professora e linguista Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa abordagem propõe que a pessoa com surdez se aproprie de duas línguas, a Libras como primeira língua e, secundariamente, a língua falada e/ou escrita de seu país (GOLDFELD, 2002).

Conforme exposto no início deste texto, em termos educacionais, o registro histórico apresenta pelo menos três momentos diferentes de atenção às pessoas com deficiência. Esses momentos são marcados por paradigmas divergentes. De modo resumido podemos dizer que o primeiro deles foi marcado pelo momento de total exclusão em que a sociedade entende que as pessoas com deficiência deveriam ser institucionalizadas. Com as pessoas com surdez não foi diferente e tais indivíduos passaram séculos em instituições totais que não tinham objetivos educacionais.

Resumido: Para aprofundar esses paradigmas, ler Aranha (1995).

Somente a partir da segunda metade do século XX, em função de vários fatores, como os



econômicos, os políticos, os sociais e os referentes aos direitos humanos e educacionais, é que se inicia outro modelo que tem como premissa básica a integração de pessoas com deficiências em ambiente comuns, baseado no paradigma de serviços.

Este momento é caracterizado pela criação de serviços de avaliação e intervenção para reabilitação, buscando a integração dessas pessoas nos mais variados segmentos sociais, como a escola, o mercado de trabalho, entre outros. Entretanto, o foco era mudar a pessoa para “adéqua-la” a sociedade, mas se percebeu que a diferença é uma característica inerente à condição de humano e que respeitar e valorizar a diversidade é um imperativo a ser atingido.



Neste sentido, um terceiro momento marcou o paradigma de suportes, em que a sociedade é que deveria dispor de mudanças e procedimentos que atendessem as necessidades de todos.

No campo da educação de pessoas com surdez, a escola inclusiva valoriza o estudante com suas necessidades, possibilidades e deve se preparar pedagogicamente para garantir o direito a educação que todos têm, considerando a condição bilíngue, o uso da Libras e o português como segunda língua, como veremos mais adiante no curso.

O percurso histórico a luz a legislação

No estado de São Paulo, de acordo com documento da Secretaria de Educação, o atendimento as pessoas com surdez iniciou-se em 1959, depois de criado e regulamentado o Serviço de Educação de Surdos-Mudos pelo decreto nº 380, de 29 de dezembro de 1958 (SÃO PAULO, 1972). Esse atendimento mostra os serviços oferecidos por meio de escolas e classes especiais, destinadas a estudantes com deficiência, sejam essas relativas a audição ou outras condições como a deficiência intelectual, por exemplo, que tinham como objetivo fazer um trabalho de habilitação e reabilitação, buscando integrá-lo posteriormente ao ensino comum.

Segundo Zanata (2004), em 1961, foi criada a primeira classe especial para deficientes auditivos, no interior do estado de São Paulo, em uma escola pública na cidade de Bauru. O decreto nº 47.186, de 21 de novembro de 1966, criou o Serviço de Educação Especial em cumprimento ao estabelecido pelos artigos 88 e 89 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 4.024/61. O referido setor passou então a responder pelo atendimento de pessoas com deficiência, naquela época chamados de “deficientes mentais, auditivos e físicos” (SÃO PAULO, 1972).

O trabalho desenvolvido nas salas especiais era caracterizado pela oferta de terapias e metodologias para o ensino da língua oral, tornando a comunicação da pessoa com deficiência auditiva/surdez a mais comum da sociedade, dando prioridade ao trabalho de treinamento auditivo, de discriminação da fala, de leitura orofacial, entre outros, mais do que as questões pedagógicas e curriculares.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988), que no artigo 208 garantiu o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, buscou-se a ruptura com o modelo de integração e defende-se a concepção de inclusão, em que todos os indivíduos, com deficiência auditiva/surdez ou não, possam estudar em escolas comuns em que suas diferenças sejam respeitadas e valorizadas. Vários documentos internacionais e nacionais corroboram essa ideia e apontam para mudanças necessárias, tais como as legislações atuais sobre a Libras, que iremos estudar adiante, e que contribuíram, em grande parte, pelo reconhecimento da identidade surda.

A Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Libras e dá outras providências. Em seu Art. 1º, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, definindo-a como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com surdez do Brasil.

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a Libras. Aborda também a formação do professor, a inclusão dessa língua como disciplina curricular, o

uso e difusão da Libras, entre outros assuntos. No capítulo IV, traz especificamente o uso e a difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas com surdez à educação. No artigo 14, aponta que as escolas devem oferecer o ensino e o uso da Libras, prover professor de Libras ou instrutor de Libras, garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com surdez, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização.

Esses e outros documentos subsidiam as ações de mudanças em nosso sistema educacional, que de forma constante vem garantindo aos estudantes com surdez condições de participarem com equidade do processo de escolarização.

Essa breve descrição história aponta para um caminho longo que coloca as pessoas com deficiência auditiva/surdez na sociedade como alvo de extermínio, exclusão, acolhimento, oferecimento de serviços para até, atualmente, serem sujeitos de direitos, como todos os demais, ao acesso e a qualidade da educação escolar.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 77/2014. Disponível em: <http://goo.gl/HwJ1Q>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. Decreto Federal n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/SdzQ0g>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/WTAvU>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os estudantes na escola - Estudantes com necessidades educacionais especiais. (Cartilha 1 - Visão Histórica). Brasília: c327, 2000.

GOLDFELD, M. A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Informações sobre o serviço de educação especial. São Paulo: Mimeo, 1972.

ZANATA, E. M. Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2005. Disponível em: <http://goo.gl/hzCRhd>. Acesso em: 21 jul. 2014.

ARANHA, M. S. F. Integração Social de Deficiente: análise conceitual e metodológica. In: *Temas em Psicologia, No 2*. São Paulo: SBP, 1995, p.63-70.

Créditos das Imagens

Banco de imagens: <http://pt.dreamstime.com>

Ilustrações e imagens:

Basheeradesigns

Broker

Cienpies Design / Illustrations

Dmitry Rostovtsev

Embe2006

Fcwfex

Iospheredream

Monkey Business Images

Newbi1

Petarneychev

Suzanne Tucker

Thomas Perkins

Warangkana Charuyodhin

Yuriy Merzlyakov

Para citar e referenciar:

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; SCHIAVON, Daiane Natalia. CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (Col.). *Breve relato histórico sobre pessoas com deficiência auditiva/surdez e as implicações educacionais*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação; AVA Moodle Unesp [Eduotec], 2014. Trata-se de texto do tipo e-book da semana 1 da disciplina Conceito e caracterização da Deficiência Auditiva/Surdez: etiologia, classificação e tipologia do curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva/Surdez. Acesso restrito.